



COMUNICADO À IMPRENSA

A Guiné-Bissau mais uma vez viu escapar uma oportunidade imprescindível rumo à estabilidade e ao desenvolvimento. Os acontecimentos de hoje além de serem actos atentatórios à ordem democrática, simbolizam a espiral mais alta da violência, colocando em risco todos os esforços tendentes à consolidação da paz e estabilidade.

O Movimento Nacional da Sociedade Civil registou com extrema preocupação a invasão da sede das Nações Unidas e consequente tomada de refém do Primeiro-ministro e do Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas constitucionalmente instituídos. Conquanto e lamentavelmente, torna mais que evidente que os militares continuam a ter um papel determinante na definição do rumo político do país.

Infelizmente, esta autêntica demonstração de força, surgiu num momento em que a comunidade nacional e internacional inspirava uma certa confiança no processo de governação. Pois, era mais de que visível, a retoma da estabilidade económica, austeridade financeira, revitalização do aparelho judiciário, início das reformas e restituição da ordem do Estado

Porém, a tomada de medidas urgentes para a inversão substancial da forma de actuar da classe castrense com vista à manutenção da ordem pública e democrática é premente.

A construção do Estado de direito prende-se essencialmente com o funcionamento pleno e efectivo das instituições e órgãos de soberania, respeito pelos direitos humanos, submissão dos militares ao poder político, observância restrita da legalidade e combate à impunidade.



Não obstante, estes desideratos de que depende a eficiência do Estado, continua-se a constatar enormes fragilidades, ou seja, o país não consegue ainda, mitigar os efeitos prejudiciais desses estrangulamentos nocivos ao processo da consolidação da paz e estabilidade, isto é, está suplantado pelo império marcial.

Face ao exposto, o Movimento da Sociedade Civil delibera o seguinte:

- 1- Responsabilizar o Estado-Maior General das Forças Armadas pelas consequências dos actos sobreditos,**
- 2- Exigir o respeito pela liberdade e direitos fundamentais dos titulares dos órgãos públicos democraticamente eleitos;**
- 3- Apelar à Manutenção da Ordem democrática e constitucional**
- 4- Exortar o Presidente da República para fazer valer a sua magistratura enquanto Comandante em Chefe das Forças Armadas e guardião da Constituição.**
- 5- Enaltecer a atitude cívica dos cidadãos em exigir a reposição da ordem pública**

Feito em Bissau em 1 de Abril de 2010

A Direcção Nacional
